UMA CONTRIBUIÇÃO À DIDÁTICA DA GEOGRAFIA EM SALA DE AULA DO ENSINO FUNDAMENTAL II

Luiz Paulo FERREIRA (UEMS-Campo Grande-MS)[1]

RESUMO: Este artigo apresenta o resultado das primeiras pesquisas sobre o objeto de estudo da futura dissertação para o Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação do Mestrado Profissional - PROFEDUC - da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande-MS, que tem como tema a Didática do professor de Geografia do Ensino Fundamental II em sala de aula. Para se compreender as perspectivas do objeto em estudo, o processo de ensino que inclui em seu conjunto os conteúdos dos programas e dos livros didáticos, os métodos e formas organizativas do ensino, as atividades do professor e dos alunos e as diretrizes que regulam e orientam esse processo, adotou-se o método funcionalista com regras específicas para abordagem na área da Educação, assim como os procedimentos metodológicos básicos, conforme recomendados em Lakatos e Marconi (2003), com levantamentos em fontes documentais indireta, documentação direta e questionário. Como metodologia utilizou-se o questionário da Plataforma SurveyMonkey enviada à alguns professores do Ensino Fundamental II**.** Nessa investigação, se verificou que a maioria dos professores de Geografia que responderam o questionário utilizam o livro didático como principal ferramenta em sala de aula, assim como outros procedimentos abordados no questionário. Compreende-se com o resultado dessa pesquisa que atualmente a Didática da maioria dos professores de Geografia utilizam o livro didático como a principal ferramenta do ensino aprendizagem. O que se pretende com as futuras pesquisas é investigar e apontar as causas desse fenômeno e propor diretrizes e/ou alternativas aos professores, assim como a reorganização da disciplina de Didática do Curso de Geografia da Formação de docentes.

PALAVRAS-CHAVE: Livro Didático. Didática. Formação docente. Método funcionalista.

Introdução

Este artigo apresenta o resultado das primeiras pesquisas sobre questões a respeito do processo de ensino em sala de aula de dezessete dos professores de

[1] Mestrando do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação-Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande – MS. luizpauloferreira2013@gmail.com

Geografia do Ensino Fundamental II. O processo de ensino é o objeto de estudo da Didática que em seu conjunto inclui “os conteúdos dos programas e dos livros didáticos, os métodos e formas organizativas do ensino, as atividades do professor e dos alunos e as diretrizes que regulam e orientam esse processo.” (LIBÂNEO, 1995, p. 54).

A Didática criada por João Amós Comênio no século XVII foi para época um grande avanço para a educação. No século XVIII acontece uma nova revolução didática com as obras “Contrato Social” e “Emílio” ou “Da Educação” do filósofo suíço Jean Jacques Rousseau. Para o século XIX a contribuição aparece com o filósofo e psicólogo alemão Johann Friedrich Herbart. Esses são alguns dos filósofos que contribuíram para as transformações da Didática, questões essas que serão aprofundadas em futuras pesquisas.

Ao deparar-se com a grande demanda em utilizarem livros didáticos de Geografia em sala de aula na Escola Estadual Padre José Scampini em Campo Grande-MS, irrompeu a necessidade de se investigar a causa desse fenômeno, visto que esse comportamento se observa na maioria dos atuais profissionais da área de educação, principalmente em escolas da Rede Pública de Ensino Básico.

Este trabalho também apresenta a proposta de dissertação do Mestrado em Educação Profissional (2018-2019) do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação-Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Unidade Universitária de Campo Grande – MS, que tem como objeto[2] de estudo da Didática[3] do professor de Geografia do Ensino Fundamental II em sala de aula da Escola Estadual Padre José Scampini – Campo Grande-MS.

Diante do pressuposto, pretende-se (re)conhecer e apreender de forma mais circunstanciada a Didática do professor de Geografia em sala de aula, para ao final, propor diretrizes e/ou alternativas aos professores, assim como, propor a

[2] O objeto de estudo da Didática é o processo de ensino, campo principal da educação escolar. Na medida em que o ensino viabiliza as tarefas da instrução, ele contém a instrução. Podemos, assim, delimitar como objeto da Didática o processo de ensino que, considerando no seu conjunto, inclui: os conteúdos dos programas e dos livros didáticos, os métodos e formas organizativas do ensino, as atividades do professor e dos alunos e as diretrizes que regulam e orientam esse processo. (LIBÂNEO, 1995, p. 54).

[3] Aqui considera-se “Didática do professor” como o conjunto que constitui o processo da Didática. (LIBÂNEO, 1995, p. 54).

reorganização da disciplina de Didática do Curso de Geografia da Formação de docentes.

Para a futura dissertação que corresponderá ao período de 2º semestre/2018 a 2º semestre/2019, adotar-se-ão os procedimentos metodológicos básicos, conforme recomendados em Lakatos e Marconi (2003) com pesquisa documental, coleta de dados a documentos (livros, dissertações, artigos, teses e bibliografias) e, pesquisa bibliográfica a fim de investigar sobre o objeto de pesquisa (Didática Específica de Geografia em sala de aula) que consistirá no levantamento de dados em quatro turmas do 8º Ano da Escola Estadual Padre José Scampini de Campo Grande-MS, no período do terceiro bimestre do ano letivo de 2018, a fim de analisar a correlação entre o livro didático (a partir daqui o termo "livro didático" será substituído no texto por LD) de Geografia e demais recursos didáticos pedagógicos utilizados em aulas de Geografia. A investigação ocorrerá no período do terceiro bimestre do ano letivo de 2018 em quatro turmas do 8º Ano, sendo que a turma "A", que utilizará somente o LD como único recurso didático pedagógico. A turma "B" que utilizará o LD de Geografia e outros recursos didático pedagógico disponibilizados pelo acervo do professor, a turma "C" utilizará somente recursos didáticos pedagógicos que o professor disponha em seus arquivos, ou seja, sem o LD pedagógico e a turma "D" que se verificar-se-á a didática do professor de Geografia recém-formado e esteja em seu primeiro ano letivo como professor efetivo, a fim de saber qual a Didática que o professor utiliza em conformidade com a formação do Curso de Formação. Ao final do terceiro bimestre do ano letivo de 2018 será aplicado uma avaliação sobre os conteúdos trabalhados com as turmas "A"; "B" e "C" e "D" a fim de se verificar o grau de aprendizagem dos alunos em relação a Didática utilizada pelos professores das referidas turmas, o livro didático de Geografia e demais recursos didáticos utilizados em sala de aula.

Com a análise dos resultados da pesquisa de campo, ou seja, da avaliação do desempenho de cada uma das três turmas ("A"; "B"; "C" e "D") em relação a Didática utilizada pelos professores em cada turma, o LD de Geografia e demais recursos didáticos pedagógicos utilizados na investigação, apresentar-se-á, caso necessário, uma proposta de intervenção para melhoria da Didática em sala de aula por meio de procedimentos didáticos pedagógicos à serem utilizados pelos professores em sala de aula, assim como uma proposta de reorganização da disciplina de Didática dos Cursos de formação em licenciatura em Geografia.

Para elaboração da dissertação em construção, se utilizará o método funcionalista a qual foi desenvolvido junto a Sociologia de Auguste Comte[4]. O método funcionalista é um dos que pode ser empregado em pesquisas científicas em diversas áreas do conhecimento, particularmente na Educação, a qual "nos permite identificar as funções adequadas e as inadequadas e decidir o que fazer com as inadequadas para garantir o equilíbrio de determinado conjunto". (LUDWING, 2014, p. 210-213).

O método funcionalista é apontado como um dos que pode ser empregado em pesquisas científicas na área da educação. Segundo (Idem., 2014),

> No caso da educação, encontram-se disponíveis para uso os métodos funcionalista, estruturalista, fenomenológico, dialético e experimental. Os quatro primeiros foram elaborados para servir especificamente às ciências sociais e humanas. O método experimental emprestado das ciências da natureza apresenta limites para emprego nas investigações que têm como objeto o ser humano. (Idem., 2014, p. 210).

Segundo este autor (idem), o método funcionalista foi desenvolvido por um grupo de intelectuais. Um desses intelectuais foi Émile Durkheim que contribuiu para o estabelecimento da Sociologia funcionalista. Uma de suas principais obras foi "As Regras do Método Sociológico", as quais são voltadas para a observação dos fatos sociais, a distinção entre o normal e o patológico, a constituição dos tipos sociais, a explicação dos fatos sociais e a demonstração da prova sociológica. "[...] a finalidade da educação é a de perpetuar os sistemas sociais de forma ordenada e equilibrada" (DURKHEIM, 1967, p. 47).

O método funcionalista tem como característica a interpretação das funções do objeto como um todo cujas partes estão ligadas entre si que contribui para manter o equilíbrio do conjunto. O objeto de estudo é parte de um conjunto que desempenha um determinado papel.

A primeira regra de pesquisa do método funcionalista é o de manter a objetividade em relação ao fenômeno a ser investigado, visto que ao separar o sujeito do objeto de estudo garante sua neutralidade. A segunda regra é identificar a função do objeto de estudo em relação ao conjunto a qual faz parte. Para a terceira

[4] Auguste Comte (1798-1857) foi um filósofo francês. Considerado o fundador do positivismo, corrente que propõe uma nova organização social. Foi o fundador da Sociologia. (FRAZÃO, 2016).

regra é identificar as disfunções entre o objeto e o conjunto. A quarta regra do método funcionalista é analisar, sugerir se as disfunções devem ser eliminadas, mantidas ou minimizadas.

Segundo Lakatos (2003) “o método funcionalista é mais um método de interpretação do que investigação”. Entretanto, compreende-se que o método funcionalista exerce dupla função sobre o objeto da Didática que somado as regras específicas, como por exemplo, observação, questionários, entrevista e análise documental, norteia a pesquisa da futura dissertação em construção, assim como orientou a pesquisa em forma de questionário desse artigo. Conforme (Idem.,2003), o método funcionalista é,

> [...] É, a rigor, mais um método de interpretação do que de investigação. Levando-se em consideração que a sociedade é formada por partes componentes, diferenciadas, inter-relacionadas e interdependentes, satisfazendo, cada uma, funções essenciais da vida social, e que as partes são mais bem entendidas compreendendo-se as funções que desempenham no todo, o método funcionalista estuda a sociedade do ponto de vista da função de suas unidades, isto é, como um sistema organizado de atividades. (Idem., 2003, p. 110).

Considerando a análise de Malinowski que a integração funcional das sociedades em que cada parte tem um função específica a desempenhar, abre-se aqui espaço para se discutir sobre o objeto em estudo em análise, visto que a *priori* a função do LD não é o de ferramenta principal em sala de aula, como explica Vesentini (2008, p. 56) “os professores devem utilizar os Livros Didáticos com critérios, analisando com outras fontes, como por exemplo, livros, revistas científicas”. Observa-se que atualmente a questão da utilização do LD é, para a maioria dos professores, principalmente para os da Rede Pública Estadual de Campo Grande-MS, a principal ferramenta utilizada em sala de aula, conforme Imagem 2 (Gráfico II). É nesse sentido que se propõe a pesquisa que investigará as implicações de se utilizar o LD de Geografia como principal ferramenta em sala de aula, apontar as consequências e sugerir que o professor produza os seus materiais didáticos pedagógicos a serem utilizados em seus planos de aula, a fim de melhorar a qualidade da Educação nas escolas Estaduais de Campo Grande-MS.

Para ZABALA (1998), “Os métodos para o ensino das competências devem ter um enfoque globalizador”, ou seja, não existe um método único para o ensino transmissivo, mas múltiplas estratégias metodológicas, em primeiro a própria

exposição docente, que deve ser de forma flexível e não arbitrária, em segundo as características dos conteúdos em função dos objetivos e das características dos alunos. (Edem., 1998, p. 144).

Breve contextualização

O livro didático é um dos objetos de estudo da disciplina de Didática e que faz parte da investigação desse artigo e da futura dissertação em construção. Dessa forma, para maior compreensão sobre o objeto, toma-se por base a história do livro, o livro didático no Brasil e pesquisas a respeito dessa ferramenta do docente que se iniciou ao longo da história da humanidade.

O livro tem sido concebido como uma tecnologia que se renova a cada período da história. As primeiras formas de registrar os seus conhecimentos foram escrevendo em pedras ou argila. Após essa fase da humanidade, desenvolveu-se o processo de produção do papiro, que para época foi um grande avanço para a humanidade. Para substituição do papiro, surgiu o pergaminho, com maior resistência e durabilidade, visto que era feito com peles de animais. Dessa forma, o homem vem arquivando suas ideias e conhecimentos. (ARAUJO, 2018).

Com a invenção da imprensa no século XV, pelo alemão Johannes Gutenberg, passou-se da produção artesanal (códex) e iniciou-se o processo de produção mecanizada, o que acelerou a produção dos livros.

Segundo Oliveira (1997) “o Livro Didático surgiu no século XIX como um adicional à Bíblia, [...]. Os primeiros livros didáticos, complementavam os ensinamentos não disponíveis nos Livros Sagrados.” (Idem., 1997, p. 26).

No Brasil o LD foi legitimado em 1929 pelo Instituto Nacional do Livro (INL). As primeiras edições ocorreram em 1934 por meio de elaboração de dicionários e enciclopédia o que fez aumentar o número de bibliotecas públicas em todo o país. O então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema sugeriu ao Presidente brasileiro, Getúlio Dornelles Vargas a criação de um Decreto-Lei, que estabeleceu que, “a partir de 1º de janeiro de 1940, nenhum livro didático poderia ser adotado no ensino das escolas pré-primárias, primárias, normais, profissionais, e secundárias no país sem a autorização prévia do Ministério da Educação e Saúde”. (FERREIRA, 2008, p. 38).

Entretanto, somente em 1997 o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é que se iniciou a distribuição contínua dos livros didáticos nas

escolas brasileiras. Atualmente, o Governo Federal dispõe do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD-2004) e o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA-2007).

O LD é definido como “livro didático”, ou “compêndios,” que obedece aos Programas Curriculares escolares, destinado ao ensino e deve ser utilizado na escola. Tavares (2011),

> Os livros didáticos se prestam a sistematizar e difundir conhecimentos, mas servem, também, para encobrir ou escamotear aspectos da realidade, conforme modelos de descrição e explicação da realidade, consoantes com os interesses econômicos e sociais dominantes na sociedade. Ao recorrer ao livro didático para escolher os conteúdos, elaborar plano de ensino e de aulas, é necessário ao professor o domínio seguro da matéria e sensibilidade crítica. (Idem., 2011. p. 73).

O LD teve sua origem no Brasil na década de trinta do século XX com uma política educacional burocrática e centralizadora, que excluía as opiniões dos professores de quaisquer decisões. Segundo (Idem.,2011) “o livro didático pode ser definido como um produto cultural, da Pedagogia, da produção editorial e da sociedade”. Para Comênio (Séc. XVII) para que o conhecimento tivesse acesso ao nível dos alunos os professores deveriam planejar didaticamente o saber. A esse respeito Oliveira (1984) argumentou que**,**

> [...] os custos de um processo centralizador em matéria de educação fazem-se sentir na defasagem entre a decisão e sua execução, já que a responsabilidade de seleção do material a ser usado fica a cargo de outros que não os que diretamente o farão: os professores. (Idem., 1984, p. 65 apud TAVARES, 2011, p. 76).

Ao deparar-se com a grande demanda da utilização do LD de Geografia em sala de aula na Escola Estadual Padre José Scampini em Campo Grande-MS em 2016, irrompeu alguns questionamentos: Os LDs estão atualizados? O professor de Geografia está respaldado com essa ferramenta de trabalho? Qual o foco do conhecimento geográfico nos LDs? Essas foram as questões que que direcionaram a pesquisa em 2016. O resultado da pesquisa apontou que a maioria dos livros didáticos de Geografia aprovados nos PNDs de 2014 e 2015 para Educação Básica estavam desatualizados em algumas questões geográficas. O professor de

Geografia não está respaldado nem pelos Governos nem pelas editoras e que o foco da Geografia se encontrava na maioria dos textos dos LDs priorizando a Geografia Crítica e desconsiderando a Geografia Física. Buscou-se compreender o motivo das desatualizações e as consequências para o Ensino aprendizagem dos alunos,

> O motivo de desatualizações encontradas na maioria dos livros didáticos de Geografia aprovados nos PNLDs de 2014 e 2015 da Educação Básica sobre alguns conteúdos geográficos, a saber: fusos horários do Brasil; Capitanias Hereditárias do Brasil (séc. XVI); a Amazônia Azul e os Rios Voadores, a nosso ver, são os critérios adotados pelo Ministério da Educação para revisões e substituições dos livros didáticos oferecidos à rede pública de ensino, haja vista, que coleções de livros didáticos com edições de 2013 contribuirão para a formação de estudantes do ensino médio, mas não abordaram um dos principais assuntos do artigo que é os novos Fusos Horários do Brasil que foram aprovados a partir de 2013. (FERREIRA, 2016, p. 20).

Em análise a Coleções de LDs de Geografia em 2016 (PNLDs de 2014 e 2015), constatou-se que a maioria dos LDs utilizados em várias escolas estaduais de Campo Grande-MS estavam com informações importantes do conteúdo geográficos desatualizadas. (Ibidem., 2016, p. 559-571).

Cabe ressaltar que o referencial teórico com base em pesquisa documental indireta e indireta o referido artigo, tendo como embasamento teórico a discursão de vários pesquisadores sobre o objeto, que algumas informações aqui discutidas servirão como objeto de reflexão para a dissertação em construção. Como por exemplo, pesquisador e professor Doratioto (2013), Oliveira (1997), Tavares (2015), Vesentini (2008) – autores que tratam do LD como objeto de estudo e apontam como recurso didático pedagógico utilizados como ferramenta de apoio. Buscou-se conhecer com esses autores a relevância do LD de Geografia como ferramenta de apoio ao Ensino-aprendizagem e não como ferramenta principal ou mesmo única em sala de aula.

Segundo (Idem.,2013), existem dois motivos para as desatualizações nos LDs distribuídos pelo Governo Federal aos estudantes brasileiros. Uma é que as vezes autores e editoras não querem fazer as atualizações por comodidade ou devido aos custos financeiros, outro motivo é que as pesquisas originais demoram anos a chegarem aos LDs.

Tavares (2011, p. 76), salienta que a escolha dos LDs a erem utilizados em sala de aula não deve ficar somente sob incumbência do professor, mas proporcionar-lhe a formação continuada de sua profissão que estabeleça critérios qualitativos para essa escolha, utilizando conhecimento e competências.

Segundo Vasconcelos (1995, p. 94), o Plano de Curso ou Plano de Ensino que se utiliza para previsão dos objetivos do professor no período de um semestre ou um ano é “a sistematização da proposta geral de trabalho do professor numa determinada disciplina ou área de estudo”. Segundo o mesmo autor, o LD deve ser utilizado como recurso para completar o trabalho do professor.

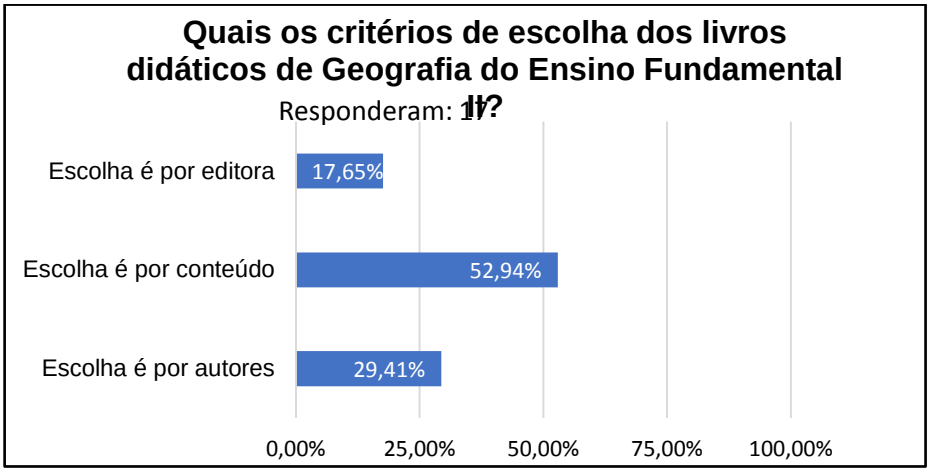
Análise da pesquisa

Para se compreender o fenômeno apontado empiricamente sobre algumas questões sobre a Didática do professor de Geografia em sala de aula, realizou-se um questionário com cinco perguntas à dezesseis professores de Geografia do Ensino Fundamental II cadastrados em uma Associação dos Geógrafos no período de 22 a 01 de maio de 2018 sobre questões relacionadas ao objeto de estudo da futura dissertação em construção.

A metodologia utilizada para o questionário foi a plataforma SurveyMonkey[5] que é um Site que provê pesquisas personalizáveis gratuitas bem como uma suíte de programas back-end que inclui análise de dados, seleção de amostras, eliminação de vieses, e ferramentas de representação de dados. A primeira pergunta aos professores foi em relação aos critérios de escolha dos LDs de Geografia do Ensino Fundamental II, conforme o questionário seguinte.

[5] SurveyMonkey é uma companhia baseada em nuvem ("software como serviço") de desenvolvimento de pesquisas online fundada em 1999 por Ryan Finley. SurveyMonkey provê pesquisas personalizáveis gratuitas, bem como uma suíte de programas back-end que inclui análise de dados, seleção de amostras, eliminação de vieses, e ferramentas de representação de dados.
https://pt.surveymonkey.com/r/NBGXXT5

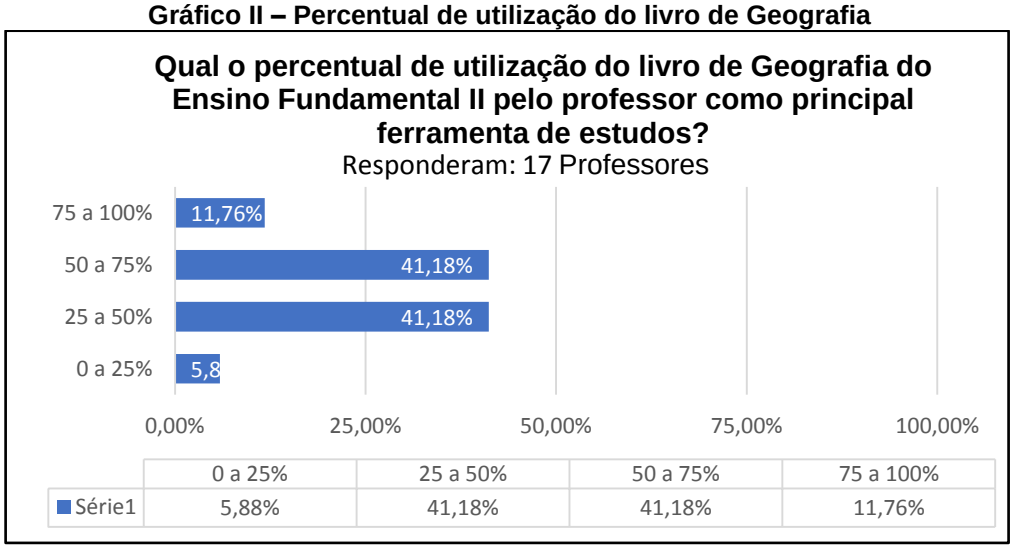
Gráfico I – Critérios de escolha de livros didáticos



Fonte: autor (2018) – 22 a 01-05-18

O resultado sobre os critérios de escolha dos LDs de Geografia do Ensino Fundamental II (Gráfico I) é a escolha por meio dos conteúdos, haja vista que a maioria dos professores busca a correspondência dos conteúdos do LD com o Referencial Curricular do Estado de Mato Grosso do Sul. Dessa forma mais de 50% dos professores que responderam a esse questionário responderam que o critério utilizado para a escolha do LD de Geografia é por meio da escolha dos conteúdos. Esse tipo de escolha por conteúdo a qual responderam a maioria dos professores de Geografia do Ensino Fundamental II significa que se busca atender ao Referencial Curricular do Estado do MS que norteia a Educação. A escolha por autores, nessa pesquisa, ficou em segundo plano, o que será alvo das próximas pesquisas.

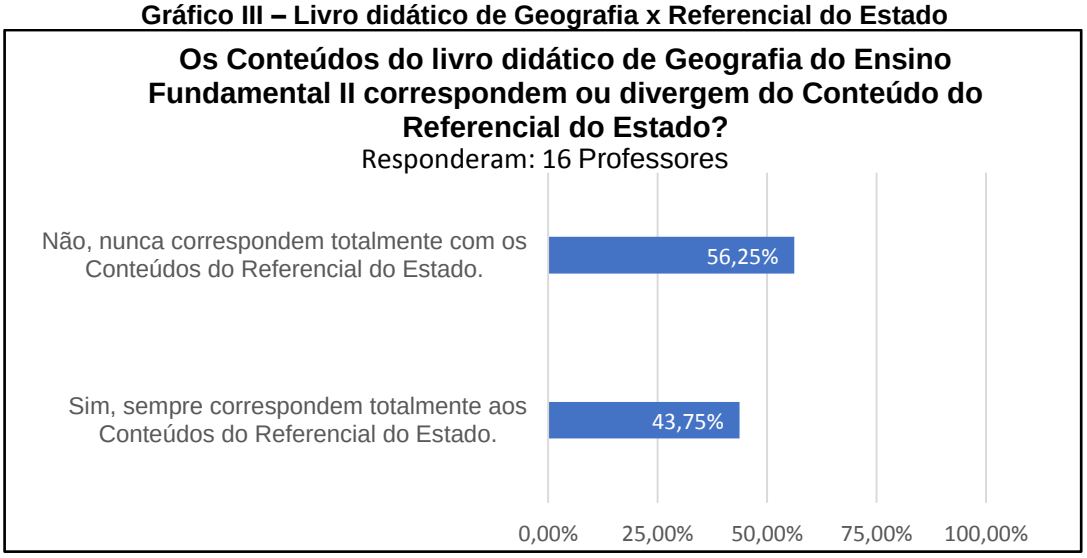
Gráfico II – Percentual de utilização do livro de Geografia



Fonte: autor (2018) – 22 a 01-05-18

O segundo gráfico II, confirma o conhecimento até então empírico que a maioria dos professores de Geografia utilizam o LD como principal ferramenta de estudos. Segundo especialistas, como por exemplo, Pretto (1983), Mortimer (1988), Fracalanza(1993), Pimentel (1998), Sponton (2000), Visentini (2009), Doratioto (2013), Ferreira; Barbosa (2016) que se dedicaram a investigar a qualidade dos livros didáticos não recomendam que o professor utilize esse recurso como ferramenta principal ou única, devido a alguns motivos, como por exemplo, a demora das atualizações. (MEGID NETO; FRANCALANZA, 2003, p. 147).

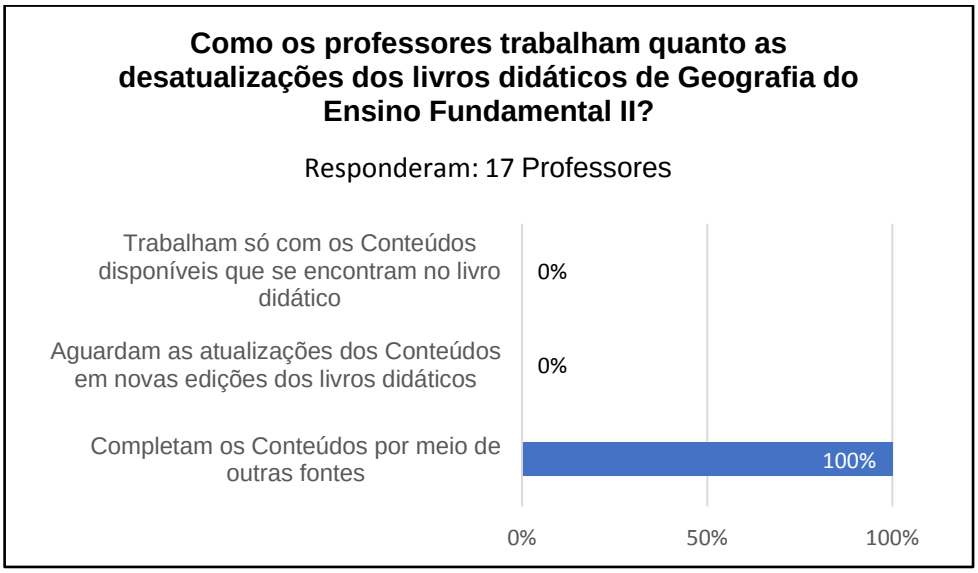
Gráfico III – Livro didático de Geografia x Referencial do Estado



Fonte: autor (2018) – 22 a 01-05-18

No Gráfico III, sobre a correspondência ou divergência dos Conteúdos dos LDs com o Referencial Curricular do Estado do MS a maioria respondeu que “não, nunca correspondem totalmente com os Conteúdos do Referencial do Estado”, entretanto 43,75% dos professores responderam que “sim, sempre correspondem totalmente aos Conteúdos do Estado”. Dessa forma, essa questão será alvo de maiores investigações em futuras pesquisas.

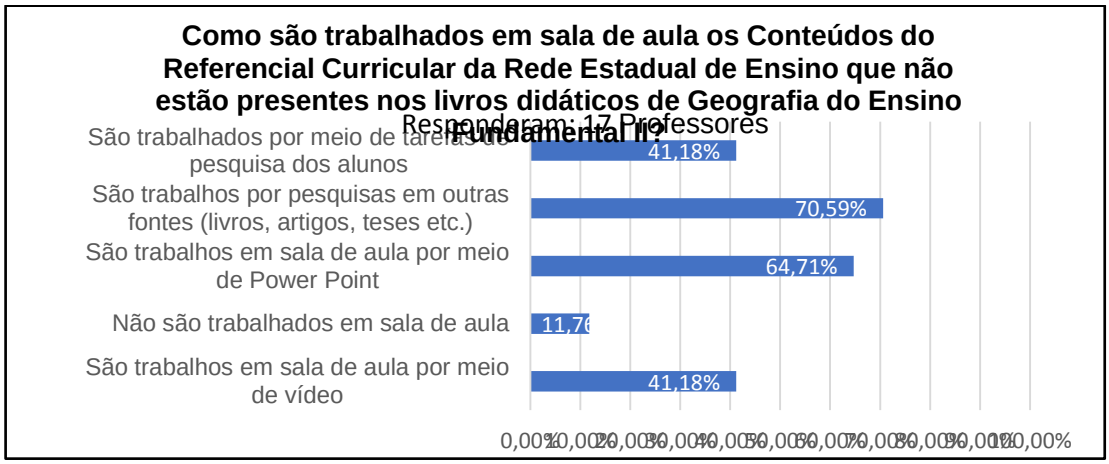
Gráfico IV – Desatualizações dos livros didáticos de Geografia



Fonte: autor (2018) – 22 a 01-05-18

Essa questão do Gráfico IV é de fundamental importância, haja vista que se apresentou nesse artigo (FERREIRA; BARBOSA, 2016), pesquisa sobre as desatualizações dos LDs de Geografia. A partir desse ponto em que os professores responderam que “Completam os Conteúdos por meio de outras fontes”, abrir-se-á uma nova investigação para se saber quais as outras fontes que os professores utilizam para completarem os Conteúdos dos LDs.

Gráfico V – Procedimentos complementares



Fonte: autor (2018) – 22 a 01-05-18

Essa questão do Gráfico V, responde implicitamente que ocorre uma divergência entre os Conteúdos dos LDs em relação ao Referencial Curricular do

Estado de Mato Grosso do Sul. A maioria dos professores de Geografia que responderam que trabalham os Conteúdos do Referencial Curricular em sala de aula por meio de Power Point, livros, artigos, teses, etc. Na perspectiva da teoria funcionalista, ou seja, quarta regra, essa disfunção entre o objeto de estudo (Conteúdos dos LDs) e o conjunto (Referencial Curricular do Estado do MS) deve ser eliminada por meio de sugestões ao Ministério da Educação (MEC) para que se disponibilizem livros de apoio, cadernos de exercícios, formação continuada e reorganização da disciplina de Didática da Formação dos professores de Geografia.

Considerações finais

O presente artigo apresentou parte da bibliografia e o resultado de um questionário enviado a dezessete professores do Ensino Fundamental II com cinco questões a respeito do objeto de estudo da futura dissertação do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade de Campo Grande-MS.

O resultado desse artigo sobre a perspectiva do método funcionalista a qual se utilizaram regras específicas para área de pesquisa educacional, o questionário, aponta o que empiricamente já se detectava a respeito da Didática do professor em sala de aula no processo de ensino atualmente.

A reprodução da Didática da maioria dos professores de Geografia em sala de aula com relação ao livro didático como principal ferramenta de estudos, como apontou o Gráfico II, será um dos alvos das futuras pesquisas a fim de se investigar a causa desse fenômeno a fim de elaborar a melhor sugestão para melhoria da Educação do Estado de Mato Grosso do Sul.

Espera-se com essa pesquisa abrir discussões sobre a Didática e seu objeto de estudo afim de desenvolver um estudo que contribua para a melhoria da Educação, Formação Acadêmica dos professores com reflexo nas salas de aulas, visto que que o educador deve ter estratégias diferenciadas para atender os alunos, haja vista que todos os alunos não detêm os mesmos conhecimentos nem aprendem de forma igual, o que deveria ser, em nosso entendimento, alvo de todos os Cursos de Licenciatura. Ao final, pretende-se também, sugerir a reorganização da disciplina Didática Geral na Formação dos professores do Curso de Geografia das Instituições Universitárias.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Felipe. **História do livro.** Graduação em Comunicação Social. Habilitação em Jornalismo – UniFIAMFAAM, 2012. Disponível em: <http://www.infoescola.com/curiosidades/historia-do-livro/>. Acesso em 29 de abr. de 2018.

CABRAL, Augusto. A sociologia funcionalista nos estudos organizacionais: foco em Durkheim. **Cad. EBAPE.BR,** Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 2004.

COMTE, Augusto. Opúsculos de Filosofia social. Porto Alegre: Globo, 1972.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. Pense no Paraguai. In: **REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL.** Guerra do Paraguai: Documentos inéditos detalham o fim do conflito. Ano 9, nº 97. Out. 2013, p. 43.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

FERREIRA, Rita de Cássio Cunha. **A comissão nacional do livro didático durante o estado novo (1937 - 1945)**. Assis 2008. In: Brasil Escola. Disponível em: < https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/a-origem-livro-didatico.htm>. Acesso em: 29 de abr. de 2018.

FERREIRA, Luiz Paulo; BARBOSA, Eva Faustino da Fonseca de Moura. **Informações importantes que estão desatualizadas nos Livros Didáticos de Geografia – PNLDs de 2014 e 2015.** Disponível em: < http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/28830>. Acesso em: 03 de abr. de 2018.

FRAZÃO, Dilva. **Biografia de Auguste Comte.** Disponível em: < https://www.ebiografia.com/auguste_comte/>. Acesso em: 01 de mai. de 2018.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didático.** ed. Cortez Editora – SP. Coleção Magistério 2º Grau Série Formação do Professor. p. 54.

LUDWING, Antônio Carlos. **Métodos de pesquisa em educação.** Revista Temas em Educação, João Pessoa, v.23, n.2, p. 204-233, jul.-dez. 2014. Disponível em: < http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/rteo/article/view/18881>. Acesso em: 28 de abr. de 2018.

MEGID NETO; FRACALANZA. **O Livro Didático de Ciências: Problemas e Soluções.** In: Ciência & Educação, v. 9, n. 2, p. 147, 2003. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v9n2/01.pdf>. Acesso em: 02 de abr. de 2018.

OLIVEIRA, João Batista Araújo et al. **A política do livro didático**. Campinas: UNICAMP, 1984. In: < In: Brasil Escola. Disponível em: < https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/pedagogia/a-origem-livro-didatico.htm>. Acesso em: 29 de abr. de 2018.

TAVARES, Rosilene Horta. **Didática geral**. – Belo Horizonte: Editora. UFMG, 2011.p. 76. Disponível em: http://www.mat.ufmg.br/ead/acervo/livros/Didatica%20Geral.pdf. Acesso em: 28 abr. de 2018.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Planejamento, plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo, elementos metodológicos para elaboração e realização. In: Cadernos pedagógicos do libertad. São Paulo: Libertad, 1995. v. 1. In: **Didática geral**. – Belo Horizonte: Editora. UFMG, 2011.p. 76. Disponível em: http://www.mat.ufmg.br/ead/acervo/livros/Didatica%20Geral.pdf. Acesso em: 28 abr. de 2018. p. 117.

VESENTINI, José William. **Para uma geografia crítica na Escola.** Editora do Autor. São Paulo. 2008. p. 55. Disponível em: http://www.geocritica.com.br/ Acesso em: 28 de abr. 2018.

_____. **Ensaios de geografia crítica: história, epistemologia e (geo) política.** – São Paulo: Plêiade, 2009. p. 134.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa: como ensinar.** – Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 144.

TAVARES, Rosilene Horta. **Didática geral**. – Belo Horizonte: Editora. UFMG, 2011, p. 76. Disponível em: http://www.mat.ufmg.br/ead/acervo/livros/Didatica%20Geral.pdf. Acesso em: 28 abr. de 2018.